



## Abastecimento alimentar dos mercados institucionais pela agricultura familiar em Mato Grosso do Sul visto pelos casos de duas organizações coletivas

Christiane Marques Pitaluga<sup>1</sup>  
Cleonice Alexandre le Bourlegat<sup>2</sup>  
Ariel de Moraes Scaglia<sup>1</sup>

**Resumo:** As políticas públicas de apoio à expansão da agricultura familiar vêm ao longo das décadas se fortalecendo e uma das consequências consiste na formação de ações coletivas em torno das cooperativas e associações. Diante deste contexto, surgiram diálogos que motivaram a investigação acerca dos mercados institucionais e do acesso a este por meio das cooperativas e associações. O trabalho objetiva investigar a produção e a distribuição de gêneros alimentícios em MS vinculadas a duas instituições: COPRAN e Associação Broto Frutos para o abastecimento dos mercados institucionais. A metodologia está apoiada em pesquisas bibliográficas, quanto aos objetivos é exploratória e descritiva e com abordagem qualitativa. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas junto aos agentes envolvidos no processo, realizada "in loco". Os resultados apontaram que os desafios a serem transpostos são de grande envergadura, porém foram também constatadas potencialidades no que se refere à comercialização e abastecimento aos mercados institucionais e estas se configuram como elementos que fortalecem as dinâmicas de consumo. Concluiu-se que a prioridade das cooperativas e associações para o atendimento aos mercados institucionais, frente aos produtores isolados, constitui-se como das uma das grandes vantagens para a formação de ações coletivas, como a COPRAN e a Broto Frutos. Por fim, para os cooperados e associados a comercialização com tais mercados oportuniza a garantia de geração de renda complementar, fato este que contribui decisivamente com a expansão e dinamismo das economias locais e com a segurança alimentar.

**Palavras-chave:** Fortalecimento; Abastecimento; Ações coletivas; Mercados Institucionais.

### Food supply of institutional markets by family agriculture in Mato Grosso do Sul seen by the cases of two collective organizations

**Abstract:** Public policies to support the expansion of family farming have been strengthened over the decades and one consequence is the formation of collective actions around cooperatives and associations. In this context, dialogues have emerged that motivated the investigation, about the institutional markets and access to it through cooperatives and associations. This work aims to investigate the production and distribution of foodstuffs in MS linked to two institutions: COPRAN and the Broto Frutos Association for the supply of institutional markets. The methodology is supported by bibliographical research, as far as the objectives are exploratory and descriptive and with a qualitative approach. The data collection took place through semi-structured interviews with the agents involved in the process, carried out "in loco". The results pointed out that the challenges to be overcome are of great importance, but potentialities were also observed regarding the commercialization and supply to the institutional markets, and these are configured as elements that strengthen the supply dynamics. It is concluded that the priority of cooperatives and associations to serve the institutional markets, as opposed to isolated producers, are one of the great advantages of forming collective actions, such as COPRAN and Broto Frutos. Finally, for the cooperative and associated with commercialization with such markets, the guarantee of complementary income generation, a fact that contributes decisively to the expansion of the local economies, with the dynamism and food security.

**Keywords:** Credit Union; Settlement; Discrimination; Credit Promotion.

<sup>1</sup> Docente da Escola de Administração e Negócios ESAN, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS. Autora Correspondente: [christiane.pitaluga@ufms.br](mailto:christiane.pitaluga@ufms.br)

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local PPGDL, Universidade Católica Dom Bosco UCDB.

## Introdução

A agricultura familiar foi eleita como tema do ano em 2014, pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em função da importância de seu papel desempenhado na garantia da segurança alimentar, ao responder por mais de 70% dos alimentos consumidos no mundo. Segundo Allaire (2016), em todas as partes do mundo tem-se constatado uma expansão na demanda pela produção local de alimentos, sob as mais diversas formas. O mesmo autor complementa sobre os diversos esforços existentes, no sentido da construção de políticas para o desenvolvimento de sistemas de abastecimento de produtos alimentares locais, como para institucionalizar mercados para alimentos produzidos no local. Para essas ações, vêm sendo incentivada a formação de ações coletivas, na forma de grupos e redes que conectam produtores e consumidores. Entretanto, ainda existem diversos desafios a serem superados, especialmente no que se refere à segurança alimentar e nutricional. Entre outros, destaca-se a necessidade relevante do esforço para expandir e robustecer sistemas produtivos de alimentos em bases sustentáveis (PLANSAN 2016-2019, 2017).

No Brasil, o conjunto de agricultores familiares representa 84% dos estabelecimentos rurais e responde por 38% do valor bruto da produção agropecuária e por sete entre dez postos de trabalho (Plano Safra de Agricultura Familiar 2019/2020). De acordo com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, cabe ao Governo Federal propor garantias no que se refere à segurança alimentar e nutricional, além de assegurar o direito humano à alimentação adequada estendida a toda população brasileira.

No entanto, foi somente a partir da década de 1990 que a agricultura familiar passou a ser reconhecida no Brasil e contemplada por política pública específica, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), passou a constituir uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, articulada às ações do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (GRISA, 2012). O objetivo do programa foi promover o acesso à alimentação e incentivar agricultores, cooperativas e associações a vender seus produtos para órgãos públicos. Em 2009, por meio da Lei nº 11.947, o governo federal passou a exigir ainda que, no mínimo 30% do valor destinado às compras de gêneros alimentícios vindos da agricultura familiar, fosse repassado aos Estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (SED/MS 2016).

Desde a implementação do PAA, este foi ao longo do tempo sofrendo adequações e ampliações, visando sempre atender às necessidades e particularidades dos agricultores familiares. Assim, corroborado esta visão, foi criada a modalidade PAA-Compra Institucional, cuja modalidade permite que órgãos federais, Estados e municípios possam comprar alimentos produzidos

pela agricultura familiar, através do mecanismo das chamadas públicas (PAA-COMPRA INSTITUCIONAL, ORIENTAÇÕES GERAIS 2019).

Em Mato Grosso do Sul, a agricultura familiar chegou a movimentar, com o crédito rural obtido por meio do Plano Safra (2015/2016), um montante de R\$ 224.191.834,66 nas modalidades Custeio e Investimento do (FAO 2016). No Plano Safra 2019/2020, diante do aumento de verbas de subvenção do crédito destinadas para os beneficiários do (PRONAF), estes passaram a contar com R\$ 31,22 bilhões a seu dispor, voltados para o custeio, comercialização e investimento. Foram garantidas verbas de custeio para a produção dos seguintes alimentos: arroz, feijão, mandioca, leite, trigo, hortaliças e frutas (PLANO SAFRA 2019/2020).

Essa modalidade de atendimento a mercados institucionais, visando garantir a segurança alimentar e nutricional, além de favorecer o acesso a alimentos mais saudáveis e de qualidade, tem propiciado a alternativa do estabelecimento da cadeia curta de produção e comercialização agroalimentar, por possibilitar o estreitamento da relação entre produtores e consumidores (FNDE, 2017). Além disso, observa-se que em Mato Grosso do Sul, a maior segurança em relação aos mercados para a comercialização dos produtos e o acesso a linhas de crédito vêm possibilitando iniciativas de empreendimentos associativos por parte dos agricultores.

A questão que conduziu essa pesquisa, diz respeito a como se apresentam no Mato Grosso do Sul as condições específicas de manifestação das cadeias curtas agroalimentares estabelecidas no abastecimento a mercados institucionais pelos agricultores familiares que já tiveram a iniciativa de se associar para esse fim e, quais têm sido os principais desafios enfrentados por eles? Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa foi identificar no Mato Grosso do Sul as condições particulares vivenciadas por agricultores familiares em suas formas associativas em relação à produção e distribuição de gêneros alimentícios no abastecimento de mercados institucionais, assim como os principais desafios por eles enfrentados.

Para esse fim, serviram de objeto de pesquisa duas instituições associativas de destaque na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. Por meio de mecanismos como o PAA e o PNAE, os quais destinam alimentos para pessoas que se encontram em contexto de insegurança alimentar e nutricional, como também àquelas atendidas pela rede pública de ensino. São elas: (1) a Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio (COPRAN) e a Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado.

A razão dessa escolha residiu no fato de ambas atenderem às duas questões elucidadas na presente investigação - o abastecimento e distribuição dos seus produtos aos mercados institucionais- e ainda por entregarem seus produtos diretamente a estes mercados, sem a figura de outro agente para intermediar este

processo (cadeia curta de abastecimento). Destaca-se aqui o papel diferenciador e agregador desempenhado pelas mulheres associadas à Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado, que além de fazerem a coleta dos frutos, também adicionam valor e beneficiam os alimentos antes de serem comercializados.

Entende-se que esses formatos associativos possam atuar como mecanismos que contribuem com a redução de custos e também como uma estrutura de valorização de produtos que podem contribuir para o acesso e expansão da renda dos agricultores familiares e de sua inserção em mercados diversos. Tal posicionamento, conforme Schneider e Ferrari (2014), tem se tornando essencial para o fortalecimento da agricultura familiar. Os autores ainda defendem que este mecanismo de se diversificar e melhorar o acesso dos agricultores aos mercados tem sido reconhecido pela expressão *quality turn*, que se constitui em uma articulação que visa valorizar produtos alimentares, apresentando uma qualidade diferenciada para consumidores que estão cada vez mais dotados de informações.

A Broto Frutos é um empreendimento solidário que surgiu em 2013 e, até o momento da entrevista, reunia cerca de 20 associados. Parte do grupo é composto por pequenos agricultores familiares dos assentamentos rurais: Nova Aliança, no município de Terenos e Assentamento Melodia, localizado no município de Ribas do Rio Pardo, ambos em Mato Grosso do Sul. Eles são responsáveis pela produção nas hortas orgânicas e coletam os frutos do cerrado, como bocaiuva, baru (também conhecido como cumbaru), pequi, jatobá, entre outros... Outra parte dos membros da Associação trabalha diretamente na fabricação dos bolos, pães, farinhas, doces e biscoitos, esta que iniciou suas atividades na Incubadora Municipal de alimentos Norman Edward Hanson de Campo Grande, MS.

Já a Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio/MS (COPRAN), fundada em 2005, é uma cooperativa de economia solidária, que recebe alimentos produzidos pelas famílias dos pequenos agricultores que residem na zona rural do município de Anastácio/MS associando as famílias de todas as Colônias, Assentamentos e Aldeias dos Municípios de Anastácio e Aquidauana. Seu principal objetivo consiste em organizar a produção e comercializar nos mercados formais e institucionais. Os produtos produzidos pelos agricultores e entregues à COPRAN para serem distribuídos e comercializados juntos aos mercados institucionais são: farinha de mandioca torrada do pulador, cheiro verde, alface, couve, rúcula, melancia, uva, banana, entre outros.

### **Agricultura Familiar e os Empreendimentos**

Padilha *et al.* (2005), já explicavam que uma das estratégias da agricultura familiar no âmbito da produção de alimentos, relacionadas com a cultura

alimentar e a essência da pequena produção é a agroindústria familiar, artesanal ou de pequeno porte, que no Sul do Brasil é uma realidade antiga. Nos últimos anos, a agroindustrialização presente na agricultura familiar vem envolvendo muitos técnicos e empresas de renome nacional, como por exemplo, a Embrapa, a Fepagro, a Emater, entre outras, na pesquisa e no treinamento de agricultores (PADILHA *et al.*, 2005).

Em complemento a este entendimento, para Batalha (2012), faz-se necessário que a agricultura familiar seja amplamente diversificada, abrangendo famílias que vivem e exploram minifúndios, em circunstâncias de extrema carência, assim como os produtores introduzidos no desenvolvido agronegócio que logram gerar renda muitas vezes superior àquela que define a linha da pobreza.

Assim, a agricultura familiar pode ser considerada como um importante *player* no cenário nacional de produção de alimentos e abastecimento interno, não obstante os processos histórico-político de não priorização por parte do Estado brasileiro no que se refere a estas comunidades. As características culturais, produtivas, organizativas e políticas da agricultura familiar e a sua importância na produção agrícola nacional, foram determinantes da luta por reconhecimento dessa categoria (PICOLLOTTI, 2015) tanto nos fóruns acadêmico-científico, como políticos em nível nacional nas últimas décadas, fato este comprovado pelas diferentes políticas agrícolas voltadas para esse público que têm sido implementadas recentemente (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A Agricultura familiar faz-se especialmente importante para o Brasil, que durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e, nos seis primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008), os critérios de distribuição do crédito rural foram reformulados, visando “[...] adequar a estrutura normativa do programa à diversidade da agricultura familiar e ampliar a sua capilaridade nacional” (AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

Assim, como consequência, e ao contrário do que se propagam recentemente novos elementos também passaram a impulsionar a problemática sociológica dos alimentos, tais como questões relacionadas a saúde pública, entre eles a desnutrição e obesidade, e os problemas ambientais decorrentes da produção de alimentos como a poluição e contaminação com agentes agroquímicos, a fatura de alimentos e como sua própria implicação: o desperdício de alimentos (Lang, Barling e Caraher (2009); Morgan e Sonnino (2010); Popkin (2011)).

No Brasil, pode-se acrescentar uma nova dimensão à crescente problematização sociológica das questões alimentares, que se refere, de um lado, às ações de segurança alimentar e nutricional (SAN) e, de outro, às políticas e ações dirigidas para os agricultores familiares (Portilho, Castaneda e Castro (2011); Guivant, Spaargaren e Rial (2010)). Já para Guimarães (2011), a agroindustrialização de alimentos de caráter artesanal, como parte da identidade cultural herdada, tem constituído importante alternativa de renda às famílias em complementaridade

às suas atividades agrícolas. Guimarães (2011, p. 30) afirma que:

A valorização das atividades de processamento de alimentos de caráter colonial ocorre de forma dinâmica, onde se combinam a expansão e a diversificação da produção artesanal de alimentos, característica do território, com a “recriação de agroindústrias artesanais”. Ao mesmo tempo em que se valorizam saberes tradicionais, passados de geração a geração, há espaço para criação de novas oportunidades, não necessariamente existentes do ponto de vista intergeracional, mas recriadas em função da existência de um mercado favorável à produção artesanal de alimentos.

Desta forma, a importância da Agricultura Familiar, dentro do cenário econômico produtivo, exerce um papel fundamental no abastecimento alimentar brasileiro, contribui para a geração de renda, para o controle da inflação e para a melhoria no nível de sustentabilidade das atividades agrícolas do país (CODAF, 2017). Assim, objetivando o fortalecimento dos pequenos agricultores familiares, durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020, o presidente Michel Temer assinou o decreto que regulamenta a Lei 11.326, de 2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar. A regulamentação define, de forma objetiva, o público beneficiário da política nacional da agricultura familiar e qualifica os empreendimentos familiares rurais.

Conforme o Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017:

Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006: As características gerais necessárias para o reconhecimento do agricultor familiar e empreendedor familiar rural são definidas da seguinte forma: (I) “Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; (II) “Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”; (III) “Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”; e (IV) “Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”.

Abramovay, Magalhães e Schroder (2010), defendem que além de organizações reivindicativas, os movimentos sociais da agricultura familiar também cederam espaço para outros arranjos econômicos: as cooperativas. E que no entendimento de Serra (2013), tem a função de orientar e fornecer assistência técnica aos agricultores associados, dispor de sementes e demais insumos agrícolas, receber a produção colhida e desenvolver propostas em defesa de políticas agrícolas.

Neste entendimento, Pires *et al.*, (2010), já observavam que:

Pode-se dizer que os negócios relacionados a agricultura familiar são mais facilmente viabilizados quando os agricultores estão associados em cooperativas. O cooperativismo, nesse sentido, representa a institucionalização de um espaço social, político, econômico, através do qual os agricultores podem potencializar o seu potencial produtivo e implementar as ações de interesse do grupo, especialmente aquelas relacionadas a uma inserção mais competitiva nos mercados locais, regionais, nacionais e globais.

Corroborando este entendimento, Schneider e Ferrari (2015) defendem que os agricultores familiares, dada às circunstâncias inerentes a sua própria condição, reagiram ou arquitetaram iniciativas pessoais e em coletividade. Ainda no entendimento destes autores, configuram-se como estratégias empreendedoras que se explica como mecanismos de tentar conquistar uma parte maior do valor gerado nas principais cadeias de alimentos. Em verdade, “[...] criaram-se novos empreendimentos e novas formas de inserção em mercados, assim como a organização coletiva em associações e cooperativas, nas quais agricultores são protagonistas e contam com a parceria de diversos agentes” (SCHNEIDER; FERRARI, p. 57, 2015).

Para Estevam e Mior (2014), visando à melhoria dos critérios de condições de inclusão socioeconômica e de competitividade dos agricultores familiares no mercado, eis que surgiram diversos arranjos de agricultores ou de grupos de empreendimentos - os circuitos de cooperação em suas mais diferentes modalidades. Não obstante, esses circuitos compreendam outras formas (associações e cooperativas por produto), as cooperativas descentralizadas se configuram como uma organização inovadora, revestida de poder e proveniente da agricultura familiar.

### **Circuitos Curtos de Abastecimento e o Mercado Institucional**

Refere-se aos circuitos que conectam produtos ou serviços desde o produtor até o consumidor através da redução de barreiras e das distâncias físicas e sociais. Mas alguns autores às vezes desconsideram o fato de que esses circuitos curtos são partes integrantes de novos mercados e construídos socialmente, justamente porque a redução de distâncias e o encurtamento desses ciclos é um processo de luta (GOODMAN; DUPUIS, 2002).

Ballou (2006), ao falar de cadeias curtas, caracterizou a logística delas, como o método responsável por colocar produtos e serviços, no lugar certo, no momento certo e com as condições desejadas, trazendo o maior lucro possível à empresa. Segundo Van Der Vorst, Silva e Trienekens (2007), um dos principais objetivos da logística é o de eliminar o máximo possível de processos de uma cadeia, minimizando custos e aumentando a qualidade e o nível de serviço fornecido.

Porém, de maneira mais abrangente, as cadeias de alimentos são definidas

em cadeias curtas ou longas, cada qual com um conjunto específico de características. (Migliore, Schifani, Cembalo, 2015). Em sua maioria, as cadeias curtas se caracterizam por serem independentes e abarcam as cooperativas agrícolas de pequena e média produção e demais comunidades. Outros elementos têm sido apresentados para apontar as diferenças entre as cadeias longas e curtas de abastecimento alimentar, como por exemplo, a distância física entre consumidores e produtores; quantidade de intermediários, os agentes presentes ao longo da cadeia e a forma dos relacionamentos (redes e compartilhamento de informações entre os atores) (ILBERY; MAYE, 2005; HOLLOWAY *et al.*, 2006).

Recentemente, Hebinck, Schneider e Ploeg (2014), apresentaram a noção de mercados imersos (*nested markets*) que esses descrevem como segmentos específicos de mercados mais amplos e formam recursos comuns que se embasam em um rol compartilhado de regras que unem produtores a consumidores vinculados a confiança, reputação, compartilhamento de expectativas e de significado de qualidade e infraestrutura específica.

Segundo Portilho *et al.*, (2011), a partir das mudanças do mundo contemporâneo, é preciso considerar a questão alimentar observando-se as conexões existentes entre produção, distribuição e consumo de alimentos. Com isso, Niederle (2011) explica que a economia convencional se identifica com a leitura cultural indicada por Appadurai (2008), “para quem é a trajetória social das coisas que determina e transforma suas qualidades”. A qualidade associada à origem de um alimento não está apenas vinculada às suas características físicas, mas também aos aspectos naturais, sociais, culturais e econômicos, estes que remetem a uma identificação social garantindo assim o reconhecimento do produto (NIEDERLE, 2011).

No entanto, ainda se necessita de entendimento a respeito das cadeias agroalimentares curtas e uma nova compreensão e ressignificação da noção da qualidade atribuída, que segundo Niederle (2011) teve seu significado alterado ao passar dos anos. O Autor reconhece que o crescimento acelerado de novos mercados revela uma demanda por produtos manufaturados, artesanais, tradicionais, orgânicos e agroecológicos para os quais as noções usuais de qualidade não fizeram mais sentido, reivindicando um novo conjunto de valores sociais como origem, saúde, forma de produção, igualdade social e costumes.

Todas essas mudanças a qual o autor explica, exigiram um reposicionamento de diversas teorias com relação à qualidade percebida, que passa a ser concebida como o resultado de uma construção entre diferentes atores sociais: produtores, técnicos, intermediários e consumidores. A partir de então, a qualidade passa a agregar, além do aspecto territorial, todos atributos que se referem a construções imateriais e subjetivas e, principalmente, o entendimento de que a qualidade não é estática, podendo sofrer alterações a partir das dinâmicas sociais e também com o passar dos anos, ela é construída diferentemente através de cada geração

(NIEDERLE, 2011).

Já o benefício dessas cadeias curtas é visível. Por meio da produção e venda local, um crescente valor é agregado e retido pelos agricultores, podendo contribuir também para o emprego local e crescimento econômico de uma determinada região a qual está inserido o produtor (KIRWAN, 2004). E o benefício para o produtor, é o incentivo a relações próximas entre produtores e consumidores de alimentos, além de promover um modo mais sustentável de produção e consumo. Os local foods dependem de uma organização coletiva e de relações sociais próximas entre produtores e consumidores (Holloway et al., 2006).

Entretanto, Silva e Silva (2011), alertam para um fato relevante ao acesso e para a construção dos mercados institucionais:

Em contrapartida, o acesso aos mercados institucionais para a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares provocou uma necessidade de reestruturação interna desses empreendimentos rurais. Trata-se de uma adequação técnico-gerencial às exigências de relações comerciais formais. Os processos de regularização tributária, sanitária e jurídica precisam ser estabelecidos à medida que o acesso ao mercado institucional exigir. Nesse sentido, têm-se necessidade de ações de assessoria diretamente relacionada a essa mudança de contexto, estabelecendo apoio aos diferentes “elos” das cadeias e sistemas produtivos, ordenados economicamente pelos empreendimentos de agricultura familiar.

Ainda no entendimento dos autores acima, suas reflexões apontam que faz-se relevante não se distanciar das preocupações que, não obstante os mercados institucionais configurem-se como opções essenciais para a negociação dos alimentos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária, proporcionando um aporte na renda dos agricultores, faz-se necessário que as cooperativas, associações e demais empreendimentos procurem outros mecanismos de comercialização, considerando não ficarem “presos” às políticas nas quais eles não detêm soberania no sentido da sua permanência. Isto significa refletir que, os empreendimentos de economia solidária provenientes do campo necessitam elaborar diferentes táticas de inclusão aos mercados e políticas de parcerias e de redes, objetivando atingir sua sustentabilidade e desenvolvimento de capacidades próprias.

### **Metodologia de Estudo**

Dados os esclarecimentos de Gil (2016), o estudo foi norteado pelo método de pesquisa dedutiva, ou seja, parte de um questionamento geral, para buscar respostas baseadas em evidências, nesse caso, por meio de duas situações

particulares: a da Cooperativa dos Produtores Rurais da Região da Colônia Pulador de Anastácio, MS, (COPRAN) e a da Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado.

A pesquisa partiu inicialmente de um levantamento bibliográfico, que conforme Gil (2016), permite extrair as teorias mais ajustadas para explicar como ocorrem os processos que se pretende desvendar. Os referenciais teóricos foram construídos, nesse caso, com base em literatura nacional e internacional. Foram realizados diversos levantamentos bibliográficos para que se pudesse conhecer e compreender outros estudos que descreviam e analisavam o processo de produção, comercialização e distribuição dos diversos gêneros alimentícios associados aos agricultores familiares, bem como às cooperativas e demais empreendimentos ligados à economia solidária. Para maior esclarecimento dos programas e seus procedimentos buscou-se o suporte da legislação vigente brasileira. Também foi importante associar a essas informações, aqueles que constam de publicações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), além de outras fontes oficiais vinculadas à temática abordada pela pesquisa.

Num segundo momento, recorreu-se aos trabalhos de coleta direta em campo, num tipo de configurada, por Markoni e Lakatos (2011), como exploratória e descritiva, requerendo a presença direta e a aplicação de entrevistas aos presidentes das duas organizações selecionadas, a Cooperativa de Produtores Rurais da Região do Pulador (COPRAN) em Anastácio/MS e a Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado em Campo Grande, MS. Buscou-se identificar por meio desses procedimentos, tanto os processos inerentes à produção dos alimentos e demais bens produzidos pelos agricultores familiares, como as formas de abastecimento realizadas junto aos mercados institucionais.

Como coleta de campo foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e formais junto aos responsáveis pela presidência das duas organizações selecionadas. Ribeiro (2008), aponta como vantagens da utilização da técnica da entrevista a flexibilidade na aplicação, a facilidade de adaptação de protocolo, viabilizar a comprovação e esclarecimento de respostas, a taxa de resposta elevada e o fato de poder ser aplicada a pessoas não aptas à leitura. Já para Gressler (2007), pesquisa qualitativa visa à compreensão de uma realidade específica ideográfica, cujos significados são vinculados a um dado contexto. Desta forma, As entrevistas foram aplicadas, nos dois casos, aos responsáveis por sua presidência, considerados informantes chaves. Cabe destacar que as entrevistas e visitas foram realizadas *in loco*, fatos estes entendidos como determinantes para o atendimento e alcance dos objetivos propostos na investigação e o ano de observação e do processo investigativo é o de iniciou-se em 2017 estendendo-se até o ano de 2019.

Por fim, os conteúdos das duas entrevistas foram transcritos, o que permitiu

verificar maiores detalhamentos sobre as evidências buscadas para se dar respostas à questão e objetivos iniciais da pesquisa. Rosa e Arnoldi (2006), explicam a pesquisa como “uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento novo a respeito de uma área ou de um fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe”.

### Resultados e Análises

Em consonância ao delineamento da investigação proposta e das informações levantadas, os resultados e discussões aqui apresentados foram alicerçados, portanto, não só pela literatura e documentos pesquisados, como por visitas e entrevistas realizadas “*in loco*” nos dois empreendimentos selecionados como objeto dessa pesquisa.

A primeira instituição pesquisada, a Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio/MS (COPRAN), foi fundada em 2005, com sede no município de Anastácio/MS. Constituída com base nos princípios da economia solidária, a COPRAN emergiu da união dos esforços de alguns agricultores familiares da Colônia do Pulador, área rural desse município, situada a cerca de 15 km da sede, que têm na farinha de mandioca torrada o seu produto principal.

Pelos relatos resultantes da entrevista, desde sua fase inicial de criação, a COPRAN passou a realizar um trabalho de conscientização e diálogo com os produtores, no sentido de apontar as vantagens do abastecimento de mercados, via cooperativa. Dada a dificuldade de instrução de parte dos agricultores para acompanhar processos licitatórios, os mercados atingidos eram apenas os de algumas feiras e estabelecimentos comerciais locais. Diante da abertura para a entrada de agricultores que produziam outros tipos de bens alimentícios, ao longo do tempo, a cooperativa foi ganhando adeptos, fato que gerou o fortalecimento e maior sinergia entre os cooperados.

Em 2017, momento inicial da pesquisa, a COPRAN já contava com 77 cooperados, que produziam além da farinha de mandioca, hortaliças (tais como alface, tomate, salsa, couve, rúcula, cebolinha, cebola), frutas (a exemplo de mamão, uva e banana), mel, além de alguns outros produtos processados (Ex. pão de castanha de cumbaru). Desse modo, a cooperativa estava recebendo alimentos produzidos pelas famílias dos pequenos agricultores, não só da Colônia de Pulador, como também de outros assentamentos e aldeias indígenas da zona rural dos Municípios de Anastácio e Aquidauana. Ainda cabe esclarecer que se no início das suas atividades, os cooperados comercializavam apenas para abastecer o mercado informal (feiras livres) e alguns pequenos estabelecimentos comerciais do município. Porém, após estudos de mercado levados a efeito por parte da presidência da COPRAN essa situação mudou. Foi possível identificar oportunidades para vincular os cooperados também

na comercialização e abastecimento do mercado formal, considerados como “mercados mais exigentes”.

Desta forma, o principal objetivo da COPRAN, segundo se obteve na entrevista, consistiu em organizar a produção e comercializá-la junto aos mercados formais e institucionais e fazer parte da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), que atua em no Estado. Outro aspecto relevante obtido pela entrevista junto ao presidente apontou que os agricultores familiares dessa colônia muitos desses cooperados, também agem de maneira individual, ou seja, participam isoladamente das licitações públicas, mas que a seu ver não prejudicam a cooperativa, já que a mesma tem preferência nas licitações públicas. Essa condição não só dá vantagem à cooperativa como ajuda a fortalecer sua relação com seus cooperados. Estes passam a compreender que ser um filiado proporciona novas e maiores oportunidades de comercialização.

Assim, o papel principal da cooperativa tem sido o de estabelecer “uma ponte”, por meio do mecanismo das licitações públicas, entre os cooperados e os mercados institucionais contemplados nos programas governamentais. O estabelecimento da Lei 11.947/2009 significou abertura de novas oportunidades tanto para a agricultura familiar como para o empreendedor familiar rural ou demais organizações no sentido do abastecimento aos mercados institucionais e formais. A COPRAN iniciou esse processo apenas com as escolas municipais de Anastácio, tendo como motor propulsor o PNAE. Porém, com acúmulo da experiência e dos anos, ela conseguiu avançar para os municípios de Aquidauana, Miranda, estendendo-se até o município de Nioaque, que fica distante aproximadamente 100Km de Anastácio. Faz-se importante destacar a distância entre os municípios haja vista que o suporte logístico se configura ainda como um limitador de acesso e gargalo para a conquista de novos mercados.

No ano de 2017 a Cooperativa deu início ao atendimento a outros órgãos públicos Federais, quando na mesma Lei direcionada aos órgãos públicos municipais e estaduais ficou instituído que, no mínimo 30% dos recursos destinados a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, seriam direcionados para o abastecimento de outros órgãos da esfera federal. Os órgãos contemplados foram o 9º Batalhão de Engenharia e Combate - Carlos Camisão e o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), todos situados no município de Aquidauana.

Mas, apesar dos fortes avanços, a COPRAN e seus associados ainda se veem diante de desafios a serem superados no que tange ao abastecimento dos mercados institucionais de órgãos federais. O presidente destacou que a oferta inicial não foi tão ampla como a esperada. De modo geral, os produtos ofertados não chegaram a atender à demanda, em termos de quantidade e diversidade, como também em relação à qualidade exigida dos produtos e ainda em relação

ao cumprimento de prazos considerados exíguos.

No entendimento do Presidente, alguns desses atributos têm sido mais facilmente atendidos pelos grandes produtores, uma vez que estes fazem uso intensivo de agrotóxicos. Por outro lado, na visão da presidência da COPRAN, os produtores ainda não conseguem entender o que significa este “padrão de qualidade”, bem como as “novas exigências” feitas pelo mercado institucional. O Presidente evidenciou que “produzir e comercializar frutas é um processo complexo e exige rapidez nos mecanismos de comercialização, tendo em vista que os alimentos são dotados de um alto grau de perecibilidade”.

Cabe destacar, que nesta comercialização em específica, o órgão vinculado às Forças Armadas não dispunha de um profissional habilitado na área de nutrição, o que impactou fortemente na elaboração dos cardápios e na construção de um cronograma de entrega dos produtos. As consequências da ausência de um profissional especializado traduziram-se na falta de planejamento relativo às quantidades demandadas bem como na solicitação de produtos que não são produzidos pelos produtores locais, além do elevado rigor no quesito qualidade dos produtos. Logo, considerando a característica natural de perecibilidade dos gêneros alimentícios associada à ausência do uso de produtos que promovem o aumento do tempo de conservação dos alimentos, o abastecimento foi severamente comprometido.

Outro caso exemplar foi com relação ao contrato estabelecido com o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), situado em Aquidauana, que solicitava entre seus itens, produtos processados, a exemplo do suco de laranja. Nesse quesito, identificou-se um gargalo da produção, uma vez que tanto os cooperados quanto a COPRAN não oferecem essa natureza de produtos, considerando a escassez de recursos e de estrutura que dispõem. Ficou evidente para o Presidente da COPRAN que um dos desafios a serem superados é a disponibilidade de novas máquinas de processamento dos gêneros alimentícios comercializados, com o objetivo de agregar valor ao produto e abastecer novos mercados institucionais.

Uma outra situação limitante diz respeito aos atrasos e uma certa morosidade na efetivação dos pagamentos para os seus cooperados. Determinados contratos públicos demoram meses para adquirirem o “status” de regularizados, diante de uma forte burocracia ainda presente na esfera do governo federal.

Já sob a ótica dos recursos e demais aspectos financeiros, a COPRAN recebe incentivos da Prefeitura de Anastácio no que se refere ao pagamento de suas despesas, como por exemplo o pagamento do aluguel do prédio da Cooperativa é realizado pela Prefeitura Municipal. Esta por sua vez, recebe em troca alimentos que são destinados ao atendimento da Secretaria de Assistência Social do Município. Quanto ao Governo Estadual, este forneceu um veículo utilitário para facilitar o transporte e distribuição dos produtos.

Portanto, entende-se que a Cooperativa é uma importante parceira da Prefeitura, no sentido de propiciar a inclusão social de muitos agricultores. Já à luz dos circuitos curtos agroalimentares, a COPRAN desempenha um papel relevante para o abastecimento dos mercados institucionais, além de auxiliar os pequenos produtores a comercializarem seus produtos em quantidades superiores, também oportuniza a garantia de venda, conforme as chamadas públicas são lançadas.

Em relação à segunda instituição, objeto desse estudo, a Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado, as informações foram obtidas junto à sua Presidente em exercício. Trata-se de um empreendimento solidário, constituído em 2013, com a finalidade de operar apenas com os mercados institucionais. Em 2017, período em que se iniciaram as investigações, a referida associação contava com dezoito associados. Como instituição regida pelos princípios da economia solidária, o papel dessa associação tem sido o de oferecer suporte às famílias de agricultores, que antes não detinham conhecimento suficiente acerca dos programas nos quais podem se inserir e comercializar. Cabe esclarecer que grande parte dos agricultores familiares assentados, origina-se de movimentos do campo, condição pouco favorável ao acesso à escolarização, fragilidade essa ainda um pouco difícil de ser transposta. Portanto, nem sempre se sentem preparados para acompanhar e gerenciar os editais disponibilizados para sua participação nos programas governamentais a eles dirigidos.

Os agricultores familiares procuram no acesso aos mercados institucionais um canal alternativo no incremento de suas rendas. Isso ajuda a explicar, em grande parte, a natureza da Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado, que consiste em trabalhar apenas com os mercados institucionais. Segundo a Presidente, “esses mercados apresentam diferenças significativas no que se refere aos seus objetivos, bem como à prestação de contas no que tange os processos de compra”. São constituídos basicamente por Instituições como escolas, hospitais, creches, instituições superior de ensino, dentre outros... E também frequentemente apresentam limitações de recursos; não visam o lucro com suas compras e especialmente também por atenderem dois fatores: apresentam melhores condições de pagamentos e oferecem garantia de compra (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013).

Em 2017, momento da pesquisa, seus parceiros associados eram agricultores de assentamentos agrários, envolvendo: (1) Assentamento Nova Aliança onde se constituem como a Cooperativa dos Produtos Rurais do Assentamento (COPERANA), localizada no município de Terenos; (2) Assentamento Melodia no município de Ribas do Rio Pardo; (3) outros Assentamentos localizados ao entorno da cidade de Campo Grande/MS ligados à Cooperativa de Produtores Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande (ORGANOCOOP).

Os agricultores dos dois assentamentos situados fora de Campo Grande

atuavam na produção de hortaliças orgânicas, assim como na coleta dos frutos do cerrado (bocaiuva, pequi, jatobá, entre outros. Já entre os agricultores familiares instalados em Campo Grande, parte deles haviam se tornado responsáveis pelo processamento desses produtos *in natura* vindos dos assentamentos. Produziam, por exemplo, pães de castanha de cumbaru, farinhas das sementes, salgadinhos “tipo Buffet”, compotas de frutas, biscoitos, doces, entre estes o brigadeiro com cumbaru, pequi, bocaiuva e jatobá. Foram atividades que emergiram, graças ao suporte da Incubadora Municipal de alimentos Norman Edward Hanson de Campo Grande, MS (SEBRAE/MS 2017). O processamento dos produtos, segundo a presidente, vinha contribuindo para agregar valor aos produtos desses agricultores na expansão da renda familiar, prática essa que envolvia especialmente mulheres.

Após cumprido os 30 meses de permanência na incubadora municipal, a Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado foi transferida para uma sede própria, considerada apropriada aos planos de ampliação e diversificação previstos por seus parceiros associados. Enquanto os associados continuaram se ocupando das atividades de produção e processamentos dos gêneros alimentícios, as funções administrativas e burocráticas eram exercidas por uma presidência. Esta se encarrega, sobretudo, do acompanhamento e gerenciamento da participação da associação nos certames provenientes das instâncias federais. Entre outros, acompanha os prazos, reúne e verifica os documentos necessários para o devido credenciamento. Logo, a presidente da associação, como pessoa responsável por gerenciar atividades administrativas, é quem acumula maior *expertise* no atendimento às demandas dos editais. Segundo ela, isso ainda era possível, pelo fato da associação ainda ser considerada de pequeno porte. A presidente ocupa-se ainda da busca de contatos para atrair parceiros e novos mercados.

Mas a Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado encarrega-se ainda da busca das hortaliças e frutos junto aos produtores, da armazenagem adequada desses produtos, como também das entregas dos produtos comercializados. Cabe à presidente a distribuição dos valores recebidos pelos contratos aos associados. Logo após o processamento e comercialização dos produtos aos mercados, a Associação recebe sua comissão, procedimento que confere, na opinião da entrevistada, maior confiança e liberdade para os agricultores familiares fornecerem um alimento local com mais qualidade para os consumidores. Uma das consequências dessa natureza de funcionamento, no entanto, tem sido a frequente limitação de recursos por parte da associação.

Os mercados de destino dessa associação, segundo a entrevistada, são constituídos basicamente pela rede de escolas públicas (estadual e federal), cujo abastecimento ocorre especialmente por meio do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Outros contratos institucionais foram realizados

por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Mesa Brasil. Graças a essa abertura, a associação conseguiu comercializar uma grande quantidade de pães enriquecidos com cumbaru, no abastecimento de diversas entidades assistenciais, como hospitais e creches, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Mais tarde, firmou ainda parceria com o Colégio Militar de Campo Grande – Escola pública Federal, para quem foram produzidos pães no atendimento dos estudantes. Ainda existe uma pequena parcela destinada a outros pontos de varejo, como as feiras locais. Esses mercados atingem diversos municípios de Mato Grosso do Sul.

Ainda que a Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado tenha sofrido avanços importantes para atender a seus propósitos, ela também vem enfrentando alguns desafios, que tenta superar. Um deles relaciona-se com o fato da maioria das frutas serem sazonais, portanto sujeitas a apenas períodos específicos do ano. Muitos alimentos processados têm essas frutas como base de suas receitas, fato que induz a associação a se utilizar de diversas técnicas de manipulação, tais como a de congelamento, visando a manutenção e regulação de seus estoques.

Por outro lado, não se faz uso de ingredientes químicos nos produtos processados, o que limita o tempo de sua durabilidade, não podendo esses produtos serem armazenados por muito tempo. De um lado, isso é visto “com bons olhos” pelo mercado, que busca produtos naturais isentos de conservantes. De outro, essa característica particular configura-se também como um limitador, uma vez que inviabiliza a venda do produto para ser colocado nas gôndolas do mercado a varejo. Um exemplo dado pela presidente nesse sentido foi a grande procura pelos produtos “panificados”, com potencial para atender até mesmo demandas vindas do estado de São Paulo. Porém, a falta de acidulantes na produção dos “panificados” impediu a concretização desse aumento no volume das vendas. O aumento do tempo de validade para até 20 dias dependeria da aquisição de uma máquina de embalagem a vácuo. No caso das compotas, haveria necessidade de máquina para a esterilização e selagem das embalagens, logo após a produção. Como o processo produtivo é artesanal, os produtores também sujeitos a avarias nos recipientes.

Em função dessas limitações enfrentadas na “panificação”, o grande desafio para os anos de 2018 e 2019 fora estabelecido por meio de um novo projeto já desenhado, para se criar a “Primeira Padaria Orgânica do Estado”, já com certificação garantida para a denominação de origem para seus produtos orgânicos, por uma certificadora de renome nacional. O projeto foi elaborado com o apoio e parceria do Sebrae/MS. No entanto, até o término desse trabalho esse projeto ainda não tinha sido concretizado, haja vista a ocorrência de um imprevisto de ordem estrutural.

A outra limitação que vinha afetando a Associação Broto Frutos Culinária do

Cerrado dizia respeito ao meio de transporte de que dispunham para realizar a coleta dos produtos nos assentamentos e sua distribuição nos mercados de destino. Até então, contavam como um único veículo, adquirido com os recursos próprios da presidente. Não se contara até aquele momento ainda com políticas públicas de suporte do Governo do Estado para vencer essa dificuldade.

### **Considerações Finais**

Como se pôde apreciar pelos dois casos estudados em Mato Grosso do Sul, tanto a cooperativa como a associação de agricultores familiares, ainda que de portes diferenciados, ambas contribuíram para constituir cadeias curtas de produção e comercialização agroalimentar a mercados institucionais. Faz-se oportuno ratificar que estes negócios agroalimentares são fortemente responsáveis por alavancar e dinamizar as pequenas economias locais no Estado de Mato Grosso do Sul.

Também se pôde verificar que a iniciativa de coletivização, regida por princípios de economia solidária, tem trazido uma série de vantagens. Entre elas está a de se ganhar maior prioridade junto às regras dos editais, como também a de se delegar a administração e a burocracia a pessoas mais habilitadas para realizar os procedimentos necessários para esse fim. Por outro lado, a mesma organização pode contribuir com estudos e ampliação da destinação dos produtos dos cooperados para mercados formais, mesmo os mais exigentes, de modo que os agricultores não fiquem dependentes dos mercados institucionais. Elas ainda podem contribuir para agregar valor e ampliar a renda dos agricultores, via processamento dos gêneros alimentícios produzidos. A relação de confiança estabelecida entre a organização - seja cooperativa ou associativa - e os agricultores familiares também podem contribuir para reduzir os custos de produção, armazenamento, processamento e transporte.

Num outro viés, os mercados institucionais ampliam a segurança dos agricultores em relação ao mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os induzem a se preocuparem mais com a qualidade de seus produtos e a se estruturarem melhor para poder atender a esses mercados, como também a outros mercados formais que se abrem.

Diante dessas constatações, verificou-se que ainda existem muito desafios a serem vencidos por tais organizações, no sentido da superação de fragilidades e dificuldades vivenciadas pelas mesmas. Tais desafios estão ligados em especial, à melhor adequação dos meios de transporte e à estrutura mais apropriada ao processamento de seus produtos, seja material como de pessoal especializado, sem comprometer a qualidade dos produtos de origem orgânica.

Para a melhor viabilização dessas superações, os estudos também ajudaram a deduzir sobre o importante papel que as políticas públicas na instância estadual e municipal poderiam exercer, de modo complementar às políticas de

âmbito federal. Somado a isso, verificou-se as oportunidades que organizações coletivas dessa natureza poderiam criar mediante estabelecimento de diversas parcerias, na busca de soluções criativas mais ajustadas às suas necessidades, constituindo ecossistemas de inovação, na construção de territórios inteligentes.

É justamente a partir desta “arquitetura” que se entende como essencial fomentar novas discussões, criar agendas de pesquisas, estimular o crescimento dos negócios através dos circuitos curtos de abastecimento, que são ferramentas que propiciam o desenvolvimento econômico e social de uma localidade. Deste modo, a literatura tanto nacional quanto internacional já sedimentou como pauta emergencial para novos e mais aprofundados estudos, uma vez que estes circuitos tem o poder de impactar empreendimentos e pequenos agricultores familiares, uma vez que estes enxergam no firmamento dos vínculos organizacionais uma alternativa de ampliação de renda, garantia de compra e fortalecimento das ações coletivas.

Assim, sugere-se que para as próximas pesquisas, sejam feitos estudos alicerçados em como as cooperativas, associações e outros grupos formais estão atuando para vencer os desafios impostos por um mercado cada vez mais exigente no que se refere aos prazos, qualidade e atributos dos alimentos. Entende-se também como oportunas investigações que avaliem os impactos socioeconômicos provenientes das parcerias com órgãos públicos e que se aprofunde a análise sobre as responsabilidades do Estado no que tange a produção de alimentos no país, não se furtando de referenciar a qualidade nutricional dos alimentos, os mecanismos de segurança alimentar, a soberania, o papel dos agricultores familiares como agentes propulsores de transformações no campo e por fim a atuação das cooperativas e associações na promoção da expansão da renda e dos dinamismos locais.

## Referências

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRODER, M., **Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações Brasileiras de agricultores familiares. Sociologias [en linea] 2010, 12 (Maio-Agosto)**: Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819546010>  
Acesso em: 10 abr. 2023.

AGRICULTURA FAMILIAR se fortalece no Mato Grosso do Sul. Agência de desenvolvimento agrário e extensão rural, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-se-fortalece-no-mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ALLAIRE, G. A crítica social dos mercados: o caso do valor dos alimentos locais. *In*: Org. MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de**

Pitaluga et al.

**mercados e agricultura Familiar.** Desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Secretaria-Executiva de Transformação Digital.** Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/alimentacao-escolar/> . Acesso em: 10 abr. 2023.

APPADURAY, A. (Org.). **A vida social das coisas:** as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Ed. UFF, 2008.

AQUINO, J.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996- 2008): uma reflexão crítica. In: Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 8, 2010, Porto de Galinhas, **Anais...** Porto de Galinhas (PE): ALASRU, 2010.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos:** Planejamento organização e logística empresarial. Tradução Elias Pereira. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial:** GEPAL: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. 3. Ed. 6. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, **Diário Oficial.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil-03/constituicao/constituicao..>

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial,** 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm). Acesso em: 10 abr. 2023.

**BRASIL DEVERÁ ter produção recorde de grãos na safra 2019/2020. Agência Brasil,** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/primeiro-levantamento-de-safra-20192020-indica-producao-recorde>. Acesso em: 10 abr. 2023.

**BROTO FRUTOS: dos assentamentos do MS para Milão e Nova Iorque.** Disponível em: <https://sebrae.ms/casos-de-sucesso/broto-frutos-do-ms-para-o-mundo/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento. Monitoramento agrícola – Safra 2016/17.** Disponível em: [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17\\_08\\_10\\_11\\_27\\_12\\_boletim\\_graos\\_agosto\\_2017.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_08_10_11_27_12_boletim_graos_agosto_2017.pdf). Acesso em: 10 abr. 2023.

CODAF. **A importância da Agricultura Familiar.** Disponível em: <http://codaf.tupa.unesp.br/agricultura-familiar/a-importancia-da-agricultura-familiar>. Acesso em:

10 abr. 2023.

ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014. p. 73-100.

FNDE. Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar – PNAE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016.  
GOODMAN, D.; DUPUIS, M. Knowing food and growing food: beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 42, n. 1, p. 5-22. 2002.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2007.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GUIMARÃES, M. G.; **Racionalidades identitárias na produção e comercialização de alimentos coloniais na quarta colônia – RS**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural – UFRGS), 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54522/000856397.pdf?sequence=1>

GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C. **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: Ed. UFSC. 2010.

HEBINCK, P.; SCHNEIDER, S.; PLOEG, J. D. (Org.). **Rural Development and the Construction of New Markets**. Londres: Routledge, 2014.

HOLLOWAY L., C. R.; VENN, L.; KNEAFSEY, M.; DOWLER, E.; TUOMAINEN, H. Managing sustainable farmed landscape through 'alternative' food networks: A case study from Italy. **Geographical Journal**, v. 172, n. 3, p. 219-229, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-4959.2006.00205.x> doi: 10.1111/j.1475 4959.2006.00205.x. Acesso em: 10 abr. 2023.

ILBERY, B.; MAYE, D. Food supply chains and sustainability: evidence from specialist food producers in the Scottish/English borders. **Land Use Policy**, v. 22, n. 4, p.331–344, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2004.06.002> . Acesso em:

Pitaluga et al.

10 abr. 2023.

KIRWAN, J. Alternative strategies in the UK agro-foodsystem: Interrogating the alterity of farmers' markets. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 44, n. 4, p. 395–415, 2004.

LANG, T.; BARLING, D.; CARAHER, M. **The supply chain**. In: Food policy: integrating health, environment and society. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**: ciência e conhecimento, métodos científicos, teorias, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

MIGLIORE, G.; SCHIFANI, G.; CEMBALO, L. **Opening the black box of food quality in the short supply chain**: Effects of conventions of quality on consumer choice. *Food Quality and Preference*, v. 39, p. 141-146, 2015.

MORGAN, K.; SONNINO, R. **The urban foodscape: world cities and the new food equation**. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, n. 3, pp. 209-24, 2010.

NIEDERLE, P. A. **Compromissos para a qualidade**: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

**PAA – Compra Institucional** – Orientações Gerais, 2019.

PADILHA, P. R. P *et al.*, Viabilidade da Agroindústria Familiar Orgânica /RS. In: **Anais...** Artigos Completos do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/260050736/Viabilidade-da-agroindustria-familiar>.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2011.

PIRES, M. L. L. e S. *et al.*. **Extensão rural e cooperativismo: o que há de novo nessa relação?** Jornadas Nacionales de Extensión Rural, v. 15, p. 6-8, out. 2010. ARG, Disponível em: [http://www.aader.org.ar/XV\\_Jornada/trabajos/portugues/Aportesteoricos/Comunicaciones/TrabajoCompleto.pdf](http://www.aader.org.ar/XV_Jornada/trabajos/portugues/Aportesteoricos/Comunicaciones/TrabajoCompleto.pdf). Acesso em: 10 abr. 2023.

DE SEGURANÇA ALIMENTAR, Brasil Câmara Interministerial. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PLANSAN 2016-2019**. 2017. Brasília, DF:

MDSA, CAISAN, 2017. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/plansan\\_2016\\_19.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf). Acesso em: 10 abr. 2023.

**PLANO SAFRA 2019/2020: Uma só agricultura alimentando o Brasil e o mundo.** Pequeno e Médio Produtor. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/plano-safra>. Acesso em: 10 abr. 2023.

**PLANO SAFRA da Agricultura familiar 2017-2020: Fortalecer o campo para desenvolver o Brasil.** Secretaria Especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário. Casa Civil. Governo Federal. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_1684/3Baixa\\_Cartilha\\_Plano\\_Safra\\_2017.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf). Acesso em: 10 abr. 2023.

POPKIN, B. M. Agricultural policies, food and public health. **EMBO Review**, n. 12, pp. 11-18, 2011.

PORTILHO, F; CASTANEDA, M; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n. 1, p. 99-106, 2011.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L., **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina.** Organizações Rurais & Agroindustriais, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87838281006>. ISSN 1517-3879. Acesso em: 10 abr. 2023.

VAN DER VORST, J.G.A.J.; DA SILVA; C.A.; TRIENEKENS, J.H. **Agro-industrial Supply Chain Management: Concepts and Applications.** Series Agricultural management, marketing and finance occasional paper. FAO. 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=QIGbXwAACAAJ> ISBN 9789251058312. Acesso em: 10 abr. 2023.